

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.770 - MG (2019/0284971-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE** : **REGINALDO DE FATIMA ARANTES**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por REGINALDO DE FÁTIMA ARANTES, em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 222):

*Ementa Oficial: APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO QUALIFICADO - ABSOLVIÇÃO - DESCABIMENTO - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENORES - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - DELITO DE NATUREZA FORMAL - REDUÇÃO DAS PENAS-BASES - NECESSIDADE - RECONHECIMENTO DO CONCURSO FORMAL PERFEITO - REGIME - MANUTENÇÃO DO SEMIABERTO - POSSIBILIDADE - SÚMULA 269 DO STJ - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Impõe-se a condenação pela prática do delito de furto qualificado porquanto comprovadas estão a autoria e a materialidade. 2. O delito de corrupção de menores é de natureza formal, bastando a simples participação do menor no ato delitivo e na companhia do agente imputável para a sua configuração. 3. Merece serem reduzidas as penas-bases fixadas de modo desarrazoado. 4. Necessário o reconhecimento do concurso formal perfeito, por ter o agente, mediante uma só ação, praticado dois crimes. 5. Mantém-se o regime semiaberto nos termos da súmula 269 do STJ. 6. Recurso parcialmente provido. V.V. Absolve-se o apelante pela prática do delito de corrupção de menores quando há dúvida se o menor já era ou não corrompido ao tempo do crime, sendo o delito material. - Inviável é a redução da pena posto que devidamente fixada, havendo baliza judicial desfavorável ao apelante.*

Opostos embargos de declaração pela defesa (e-STJ fls.

251/254), esses foram rejeitados, consoante acórdão assim ementado (e-STJ fl. 262):

*EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REFORMA DE QUESTÃO JÁ DECIDIDA - REDISCUSSÃO DE TESE - INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 619, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.*

*- Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo do embargante, cujo real objetivo é a reforma da decisão, não passível de revisão em embargos de declaração.*

Opostos, na sequência, embargos infringentes (e-STJ fls. 271/274), esses foram igualmente rejeitados, nos termos do acórdão cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 286):

*EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES - CORRUPÇÃO DE MENOR - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - DELITO FORMAL - EMBARGOS REJEITADOS. - O crime de corrupção de menor é delito formal, ou seja, para que se configure basta que o agente pratique o crime na companhia de um menor, circunstância essa verificada na espécie, sendo de rigor, portanto, a manutenção da condenação do embargante.*

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 298/306), alega a parte recorrente violação do artigo 155, parágrafo único, do Código de Processo Penal, do artigo 244-B da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e da Súmula n. 74/STJ.

Sustenta, em síntese, a absolvição do acusado em relação ao delito de corrupção de menor, sob o argumento de que [...] *não foi juntada ao feito cópia da certidão de nascimento ou carteira de identidade do suposto adolescente ou qualquer outro instrumento de registro dotado de fé pública, para escorar, validamente, o reconhecimento da suposta menoridade* (e-STJ fl. 301).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 310/317), o recurso foi

inadmitido pela Corte *a quo* (e-STJ fls. 319/321), dando ensejo à interposição do agravo ora apreciado (e-STJ fls. 324/329).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo não provimento do recurso, consoante parecer assim ementado (e-STJ fl. 348):

*EMENTA: PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. COMPROVAÇÃO DA IDADE DO CORROMPIDO. DOCUMENTOS DOTADOS DE FÉ PÚBLICA IGUALMENTE HÁBEIS PARA A COMPROVAÇÃO DA IDADE. PRECEDENTES. ACÓRDÃO HOSTILIZADO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DESSA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. Parecer do MPF pelo desprovimento do agravo.*

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo, então, à análise do recurso especial.

No tocante à menoridade, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça consolidou-se no sentido de que o documento hábil para se comprovar a idade do menor envolvido não se restringe ao registro civil, sendo outros documentos dotados de fé pública igualmente hábeis para a comprovação da idade.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. PROVA DA MENORIDADE DA VÍTIMA. AUTO DE APREENSÃO EM FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL. DOCUMENTAÇÃO HÁBIL À COMPROVAÇÃO. PRECEDENTES. SÚMULA N. 74/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. A teor da jurisprudência consolidada no STJ, a comprovação da menoridade da vítima do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 exige documento hábil. Súmula n. 74 do STJ (AgRg no REsp 1.680.683/MG, QUINTA TURMA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe 14/11/2017).*

*2. O auto de apreensão em flagrante de ato infracional e o boletim de ocorrência são documentos dotados de fé pública e aptos a comprovar a menoridade do adolescente envolvido no crime praticado pelo ora agravante.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1740510/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/9/2018, DJe 3/10/2018).*

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 155, PARÁGRAFO ÚNICO; E 244-B, § 2º, DO ECA. TRÁFICO DE DROGAS E CORRUPÇÃO DE MENORES. CONCURSO DE PESSOAS. COMPROVAÇÃO DE IDADE. DOCUMENTOS APTOS. BOLETIM DE OCORRÊNCIA COM INFORMAÇÃO DA DATA DE NASCIMENTO E DO NÚMERO DA IDENTIDADE DO MENOR. FÉ PÚBLICA CONSTATADA. SÚMULA 74/STJ. ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. AFASTAMENTO QUE SE IMPÕE. PREVALÊNCIA DOS VOTOS VENCIDOS NOS EMBARGOS INFRINGENTES.**

*1. Os argumentos recursais não são suficientes para infirmar os fundamentos da decisão agravada, haja vista estar em harmonia com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que documento firmado por agente público atestando a idade do inimputável é documento hábil para a comprovação da menoridade da vítima do crime de corrupção de menores.*

*2. Destaca-se que a menoridade foi comprovada por meio do boletim de ocorrência, em que se constata, às fls. 27/28, a qualificação do menor J V O de C, inclusive com a informação da sua data de nascimento e do número do seu documento de identidade, não havendo, portanto, falar em ausência de prova da conduta praticada pelo agravante.*

*3. É assente a orientação jurisprudencial desta Corte no sentido de admitir que, além da certidão de nascimento e da carteira de identidade, outros documentos oficiais, dotados de fé pública, também são idôneos a comprovar a idade do adolescente corrompido (AgRg no REsp n. 1.592.199/DF, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 18/8/2017).*

*4. A menoridade para fins de tipificação do crime previsto no artigo 244-B da Lei n. 8.069/1990 pode ser comprovada por outros meios idôneos, não se exigindo seja realizada somente*

*por certidão de nascimento ou carteira de identidade. Precedentes: HC n. 92.014, Ministro Menezes de Direito, Primeira Turma, DJe 21/11/2008, e HC 121.709, Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 12/06/2014 (HC n. 124132/MG, Ministro Luiz Fux, Segunda Turma, DJe 17/11/2014).*

*5. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1738293/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe 4/9/2018).*

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. CORRUPÇÃO DE MENORES. ABSOLVIÇÃO. COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE. TERMO DE DECLARAÇÃO PRESTADO PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL. VALIDADE. SÚMULA 500 DO STJ. CRIME FORMAL. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. "A certidão de nascimento não é o único documento válido para fins de comprovação da menoridade, sendo apto a demonstrá-la o documento firmado por agente público atestando a idade do inimputável, como a declaração perante a autoridade policial" (AgInt no AREsp 852.726/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 09/06/2016).*

*[...]*

*4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 956.049/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 15/8/2018).*

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 155, § ÚNICO DO CPP E 244-B DA LEI Nº 8.069/1990. CORRUPÇÃO DE MENOR. EXISTÊNCIA DE DOCUMENTO HÁBIL PARA COMPROVAR A MENORIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. É assente nesta Corte Superior o entendimento no sentido de que "o documento hábil ao qual a Súmula n.º 74/STJ faz referência não se restringe à certidão de nascimento, (...). Outros documentos, dotados de fé pública e, portanto, igualmente hábeis para comprovar a menoridade, também*

*podem atestar a referida situação jurídica, como, por exemplo, a identificação realizada pela polícia civil". (HC 134.640/DF, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, DJe 13/09/2013). Súmula 568/STJ.*

2. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no AREsp 1155439/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 5/12/2017, DJe 12/12/2017).

Na hipótese vertente, consoante asseverado pelo Tribunal de origem, [...] *basta uma breve leitura do acórdão recorrido para se constatar que a materialidade do delito em questão foi comprovada por meio do auto de apreensão em flagrante delito, documento este dotado de fé pública e, portanto, apto à comprovação da idade do adolescente envolvido* (e-STJ fl. 264).

Assim, na espécie, é possível aferir a idade do menor envolvido, uma vez que tal comprovação se faz presente por meio do Auto de Prisão em Flagrante Delito, em que o menor J. G. M. L. foi ouvido como testemunha (e-STJ fl. 7), e do Boletim de Ocorrência (e-STJ fl. 15), nos quais se constata a qualificação do menor, inclusive com a informação da sua data de nascimento, gozando tais documentos de presunção de veracidade, uma vez emanados de autoridade pública, o que comprova a menoridade questionada.

Não merece acolhida, portanto, a pretensão defensiva.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "b", parte final, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator